

Prefeitura Municipal de Quissamã

R. Conde de Araruama, 425 - Quissamã-Rio de Janeiro - RJ

MINUTA

COORDFENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°/2017

PREGÃO PRESENCIAL n°136/2017

Aos dias do mês de de 2017, autorizado pelo
processo N°10.739/2017 de PREGÃO PRESENCIAL N° 136/2017 foi
expedida a presente Ata de Registro de Preços, que será regida
pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de
julho de 2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93,
de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelo Decreto
Municipal nº 560, de 05 de maio de 2005, e suas alterações, e
pelo Decreto Municipal n° $1.882/2014$, de 06 de maio de 2014,
pela Lei 123, de 14 de dezembro de 2006, além das demais
disposições legais aplicáveis que, conjuntamente com as
condições adiante estipuladas, regem o relacionamento
obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante
Vencedora.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO NOS POSSÍVEIS EVENTOS A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO, para o período de 12 (doze)meses.
1.1. Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A
empresa com sede na Rua
, CEP:, e inscrita no CNPJ sob n° , representado por
CNPJ sob n°, representado por, portador da Carteira de
Identidade RG n° e CPF/MF sob o
n.°, à saber:
1.2. O Município efetuará seus pedidos a Detentora da Ata pela
COORDFENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA mediante ordem de
fornecimento com indicação da dotação orçamentária por onde
correrá a despesa.

1.3. Os produtos serão solicitados com antecedência para que possam ser entregues nas quantidades, local e horários pré

1.4. O preço de R\$ ____ (______) será pago,

estabelecidos na ordem de fornecimento.

mediante entrega realizada e conferida, quanto à qualidade dos produtos, à base dos preços unitários do item apresentado na proposta final, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, informando a modalidade e número da licitação, número do empenho e dados bancários, acompanhados das provas de regularidade com a Previdência Social - INSS e junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

- 1.5. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Secretaria de Administração.
- 1.6. Durante a sua vigência, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de quebra de equilíbrio econômico-financeiro, situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 de lei n° 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 1.7. Os produtos serão aceitos provisoriamente; o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos.
- **1.8.** As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

F.P.:04.122.0036.2091

C.E.:3390.39.

NR:889 e 1042

- 1.9. Este instrumento de registro de preços não obriga o Município a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 1.10 O descumprimento do prazo de execução/entrega sujeitará a fornecedora às sanções previstas no item 18 do edital.
- 1.11. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos Artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração.
- 1.12. A rescisão do termo, por inexecução total ou parcial, dar-se-á nas hipóteses dos Arts. 77 e 78, da Lei 8.666/93. A parte infratora sujeitar-se-á ao pagamento de multa equivalente a 10 % (dez por cento) do valor dado como preço do fornecimento, e indenização das perdas e danos, se ocasionados. A rescisão amigável dar-se-á, nos termos do Art. 79, Inciso II, da Lei 8.666/93.

- 1.13. A fornecedora deverá manter enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2017.
- 1.14. Integrarão a Ata de Registro de Preços, como partes indissociáveis, as propostas apresentadas pelas adjudicatárias.
- **1.15.** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.
- 1.16. Cumprir fielmente as determinações constantes na Ata de Registro de Preços n.º _____/2017, e seus anexos, de sua Proposta, bem como a legislação a que se subordina o presente ajuste.
- 1.17. Responder por todos os ônus, encargos e obrigações, comerciais, fiscais, tributárias e trabalhistas e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, venha a causar a terceiros, em virtude do fornecimento ou serviço, respondendo por si e por seus sucessores.

2. - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- **2.1.** No caso de descumprimento total ou parcial das condições desta Ata de Registro de Preços, o **COORDFENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará a contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art.86,87e 88 da lei Federal n°8.666/ 93, bem como no que couber, as sequintes sanções.
- 2.2. multa moratória de 1% (um por cento)ao dia útil que exceder o prazo de fornecimento, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;
- 2.3. Multa administrativa de ate 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.
- **2.4.** As multas moratórias e administrativa poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que o **COORDFENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA** rescinda, unilateralmente, a Ata de registro de Preço e aplique as demais sanções legais cabíveis.
- **2.5.** As multas administrativa e moratórias serão descontadas dos pagamentos eventualmente, devidos pela administração á contratada ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2° e 3° do art.86 da Lei Federal n° 8.666/93.

- 2.6. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito do COORDFENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais comunicações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 2.7. A licitante que não retirar o empenho dentro do prazo de validade da sua proposta, deixara de entregar a documentação exigida para a contratação, retardar a execução, descumprir, injustificadamente, qualquer cláusula contratual, comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, nos termos do art.7° da Lei Federal n°10.520/02, ser impedida de contratar com a administração Pública pelo prazo de até 59cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais comunicações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.
- **3.** Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do Pregão Presencial n°136/2017, O anexo I relação dos itens da licitação, com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
- **3.1.** Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do Pregão Presencial nº 136/2017, O anexo I relação dos itens da licitação, com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
- **3.2.** Fica eleito o foro da Comarca de Carapebus Quissamã / RJ, excluído qualquer outro para dirimir dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.
- **3.3.** Para constar foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada por seus representantes legais, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Quissamã(RJ), de de 2017.

MUNICÍPIO DE OUISSAMÃ

Janderson Barreto Chagas Coordenadoria Especial de Segurança Pública

MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ Luciano de Almeida Lourenço

Chefe de Gabinete

	CNPJ:		
TESTEMUNHAS:			
NOME:		CPF:	
NOME:		CPF:	
Minuta Ata de R	omintro do Dro	202 P°	/2017